

**BIG MEETING 2.0 – Os PRIMEIROS ANOS
CONTAM! E AGORA?**

**Conclusões
e
Principais Desafios
2023**

BIG MEETING 2.0 – Os PRIMEIROS ANOS CONTAM! E AGORA?

Conclusões

Este evento, que reúne todos os parceiros da campanha PRIMEIROS ANOS. A NOSSA PRIORIDADE ¹, concretiza-se dois anos após o primeiro (realizado em setembro de 2021) tendo como propósitos:

- A** **Fazer o balanço sobre a concretização das medidas de ação para Portugal saídas do 1º Big Meeting**
- B** **Refletir sobre as perceções dos portugueses sobre a importância do desenvolvimento infantil e seus fatores inibidores e promotores**
- C** **Identificar o conjunto de desafios para os quais importa agora encontrar/priorizar as devidas respostas de modo a criar condições e mobilizar todos na sua concretização.**

¹ Esta campanha insere-se na campanha europeia FIRST YEARS.FIRST PRIORITY que envolve 11 países europeus (Bulgária, Eslováquia, Espanha, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Itália, Portugal, Roménia e Sérvia) e é promovida pela EUROCHILD, International Step by Step Association, European Public Health Association e Roma Education Fund.



Fazer o balanço sobre a concretização das medidas de ação para Portugal saídas do 1º Big Meeting

Foi constatado o seguinte:

1º. Há progresso ao nível do discurso político (compromissos e medidas de política), evidenciando um forte alinhamento com as ações propostas pela Campanha em set/2021, nomeadamente:

- Uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP), aprovada em dez/2021, na qual as crianças são consideradas um segmento prioritário (Eixo 1).
- Um Plano Nacional de Ação para a Garantia para a Infância (Gpl) que procura respostas nos domínios da habitação, educação, saúde e nutrição, criando Núcleos de Ação Local.
- Um Plano de Ação da ENCP, aprovado em 12/10/2023 e apresentado publicamente em 17/10/2023.
- Uma Agenda para o Trabalho Digno (aprovada em abril de 2023) que fortalece medidas de conciliação da vida pessoal com a profissional, nomeadamente ao nível das licenças parentais, adota medidas de combate à precariedade laboral e estende a cobertura de regimes laborais, como o teletrabalho e o trabalho a tempo parcial a cuidadores informais.
- Foi criado um grupo de trabalho interministerial (Segurança e Solidariedade Social e Educação) para definir: i) orientações pedagógicas para os 0-3 anos; ii) referencial de qualidade para a Creche.
- Existe um modelo de Acolhimento Familiar, suportado em evidência científica, e uma campanha nacional promovida pelo Instituto de Segurança Social, que visam orientar e estimular a captação de famílias de acolhimento para as crianças retiradas ou privadas da família de origem.

- Foi anunciada a ambição de o país adotar um Plano de Qualificação do Sistema de Promoção e Proteção, com metas até 2030.
- 2º. Foram tomadas medidas de promoção da gratuitidade da Creche e efetuado um esforço de alargamento da respetiva rede, mas a respetiva cobertura nacional ronda os 53%².
- 3º. Não obstante os progressos na promoção do acolhimento familiar a percentagem de crianças coberta por esta medida de colocação é ainda de apenas 3,6%³.
- 4º. Não se registam progressos na disponibilização de estatísticas desagregadas para os 0-5 anos em nenhuma dimensão⁴.



Refletir sobre as perceções dos portugueses sobre a importância do desenvolvimento infantil e seus fatores inibidores e promotores

Foram apresentados os resultados de dois estudos realizados em 2023 por iniciativa da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso. Estes estudos visaram apurar as perceções dos portugueses sobre a importância dos primeiros anos de vida, tendo em vista identificar as lacunas de informação/conhecimento que devam ser priorizadas nas próximas ações de disseminação/formação.

- 1º. Do estudo realizado pelo ISAVE e que apurou as perceções da população da cidade de Lisboa (amostra representativa) destaca-se:

² <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/pt-pt/national-education-systems/portugal/acesso> (acedido em 22/10/2023).

³ Instituto de Segurança Social, I.P. (2023). *CASA 2022 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*, p. 5. (disponível em <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relatório+CASA+2022/c1d7359c-0c75-4aae-b916-3980070d4471>).

⁴ No *country profile* do ECD Countdown 2030 (promovido em colaboração entre várias organizações académicas, entre outras, agências das Nações Unidas e o Banco Mundial e com o propósito atual de monitorizar o progresso nos vários países em função dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, nas áreas da Saúde Materna e Infantil) Portugal continua a sinalizar a quase totalidade de falta de dados em todos os indicadores - <https://nurturing-care.org/portugal-2021/> (acedido em 22/10/2023).

- a. Que 90% ou mais pessoas consideram que, como país, deve ser dada mais importância ao desenvolvimento infantil, mas apenas 35% tem noção de que o período entre os 0 e os 3 anos é aquele em que se regista um maior desenvolvimento do cérebro.
 - b. 80% das pessoas contam com as creches para “tomar conta” das crianças e apenas 58% lhe reconhece um papel educativo.
 - c. Apenas 5,7% das pessoas acha que a creche e o jardim de infância contribuem para uma infância saudável e feliz, apesar de 90% destacar como fatores favoráveis ao desenvolvimento os tempos: i) dedicado pelos pais; ii) de brincar com outras crianças.
 - d. 68% reconhece que as doenças das crianças têm impacto na saúde em idade adulta, mas a maioria (55%) afirma que o acesso a uma consulta de especialidade é muito demorado.
 - e. 1/3 da população não tem nenhuma ideia sobre qual o ambiente mais adequado para enquadrar uma criança privada da família de origem.
- 2º. Do estudo realizado pelo ISPA, que apurou perceções a nível nacional (amostra não representativa, com maioria da população de elevado nível educativo) destaca-se:
- a. 89% dos inquiridos considera que os primeiros anos têm impacto nos domínios do relacionamento social, saúde física e mental e rendimento escolar futuro.
 - b. A grande maioria considera que a relação emocional da criança com os pais pode influenciar fortemente o seu processo de desenvolvimento.
 - c. Mas 84% considera que a situação de pobreza pode influenciar negativamente (ou mesmo muito negativamente) o desenvolvimento infantil.
 - d. A maioria dos inquiridos considerou que a institucionalização influencia negativamente o desenvolvimento, no entanto 20% afirma que ser colocado numa instituição oferece experiências familiares positivas.

- e. A maioria dos inquiridos considera que as crianças demoram a desenvolver vínculos, pelo que as mudanças frequentes de educadores têm um impacto negativo. 3,41; 5,25 e 7,82 é o número de crianças por grupo que defendem para um adulto cuidar de forma apropriada durante 10h por dia, respetivamente, de bebés (0-12 meses), 1-3 anos e 3-6 anos.
- f. A maioria dos inquiridos concorda:
 - i) com licenças parentais pagas;
 - ii) que a mãe ou o pai devem ficar com a criança durante o primeiro ano de vida;
 - iii) que o estado deve apoiar financeiramente todas as famílias para que as crianças possam frequentar creches e jardins de infância de qualidade.
- g. E defende medidas de flexibilização dos horários de trabalho, a adoção do teletrabalho e a disponibilização de serviços de acolhimento de crianças nos locais de trabalho são medidas (porque insuficientes) de conciliação necessárias.
- h. 80,5% considera inadequado (ou muito inadequado) os tempos de espera no acesso a centros de saúde e creches públicas.
- i. O grupo de inquiridos de níveis educativos mais baixos valoriza menos a importância:
 - i) das experiências nos primeiros anos,
 - ii) do brincar;
 - iii) da necessidade de responder de forma adequada às necessidades do bebé; e apresenta: menores níveis de satisfação com os serviços de saúde e de ensino e valores mais elevados ao nível da necessidade de apoios por parte do estado.



Identificar o conjunto de desafios para os quais importa agora encontrar/priorizar as devidas respostas de modo a criar condições e mobilizar todos na sua concretização.

No decurso do Big Meeting 2.0 foi ainda constatado:

- 1º. Que há 82.000⁵ crianças menores de 6 anos em situação de pobreza e exclusão social e que a meta estabelecida para 2030 na ENCP é de redução para metade a pobreza monetária das crianças e jovens.
- 2º. Que a intensidade da pobreza é particularmente gravosa em cerca de metade das crianças, inseridas em famílias monoparentais ou famílias com 3 ou mais crianças.
- 3º. Que não são conhecidos dados específicos sobre o acesso das crianças à saúde, mas que se conseguiu apurar⁶ que, famílias situadas nos escalões socioeconómicos mais baixos, têm maiores dificuldades no que respeita à aquisição de medicamentos, no acesso a médico de família e à deslocação a uma urgência.
- 4º. Que o acesso à consulta pré-concepcional e à vigilância da gravidez e respetivos exames necessários, nomeadamente nos primeiros e segundos trimestres (e muito em especial na região de Lisboa e Vale do Tejo)⁷, não está a ser assegurada de acordo com a lei e os programas de vigilância definidos para o efeito pela Direção Geral de Saúde.
- 5º. Que não há dados consolidados, nem territorializados, sobre saúde a nível da oferta pública+privada+solidária a que os cidadãos estão a ter acesso. Apesar do direito à saúde consagrado constitucionalmente não é possível apurar os respetivos níveis de efetiva cobertura. Desconhece-se também a existência de dados sobre adesão a programas de promoção da saúde, prevenção da doença e respetivos impactos.

⁵ Rodrigues, Carlos Farinha (vide [apresentação da sessão](#))

⁶ Barros, Pedro Pita e Santos, Carolina (vide [apresentação da sessão](#))

⁷ Campos, Ana (vide [apresentação da sessão](#))

6º. Que a coligação nacional⁸ já concretizou mais de 150 ações de sensibilização/formação/reflexão/disseminação de conhecimento no período compreendido entre março de 2021 e outubro de 2023, estando em curso importantes dinâmicas colaborativas de que é bom exemplo o Pacto para a Infância lançado pelo PROCHILD-COLAB⁹.

Cientes de tudo isto reconhecem-se como

Principais Desafios 2023

a que importa ainda responder com sentido de urgência:

1º O da concretização no terreno dos compromissos políticos já assumidos (com orçamentação adequada e consistente), nomeadamente ao nível da ENCP e da Garantia para a Infância. Destacamos em especial a materialização, a nível local, de um efetivo acesso, em tempo, a uma educação e saúde de qualidade, a todas as crianças dos 0 aos 6 anos de idade, visando romper desse modo o ciclo transgeracional da pobreza.

⁸ A campanha PRIMEIROS ANOS.A NOSSA PRIORIDADE integra o conjunto dos seguintes parceiros (representando mais de 2500 organizações): Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso; Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens; Instituto de Apoio à Criança; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; União das Misericórdias Portuguesas; UNICEF Portugal; Fundação Brazelton/Gomes-Pedro; Fundação do Gil; Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo; Associação de Profissionais de Educação de Infância; Fundação Aga Khan Portugal; Associação Nacional de Intervenção Precoce; Cáritas Portuguesa; Associação Protectora da Primeira Infância; Obras Sociais de Viseu; Caminhos da Infância; Umbilical; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras; Fundação Bissaya Barreto; Escola Superior de Enfermagem de Lisboa; ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida; Direção-Geral da Educação; Prochild CoLab; Colégio Origami; Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância; Santa Casa da Misericórdia de Melgaço; ABAShalom; Ser – Cooperativa de Solidariedade Social; Associação de Beneficência Luso-Alemã; Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.; Colégio Santiago; CrescerSer – Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores de da Família; Clube do Bebê Pingo Doce; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Montijo; Câmara Municipal de Cascais; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coruche; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Amadora; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa Ocidental; Associação de Proteção à Infância da Ajuda; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peso da Régua.

⁹ Vide programa da próxima ação já agendada para nov/2023 em <https://prochildcolab.pt/i-encontro-internacional-prochild-colab-o-pacto-para-a-infancia/agenda/>

- 2º O de garantir uma vigilância adequada da consulta pré-concepcional e da gravidez a todas as grávidas, envolvendo, sempre que necessário nessa concretização, as redes pública, privada e solidária.
- 3º A criação de vias verdes no acesso a:
 - i. Consultas de especialidade a crianças entre os 0 e os 6, sempre que sinalizada a sua necessidade;
 - ii. Médicos de família às famílias, prioritariamente às em situação de pobreza e exclusão social com crianças.
- 4º Um maior investimento na promoção da saúde, nomeadamente através da criação de equipas multidisciplinares exclusivamente dedicados à promoção da saúde /prevenção da doença e à investigação, bem como do reconhecimento/articulação com o trabalho realizado no âmbito do setor social.
- 5º O reforço da capacidade, nacional e local, do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.
- 6º O alargamento da rede de creches (sem deterioração dos ratios adulto/criança) e outras respostas adequadas e qualificadas, visando uma cobertura total nacional dos 0-3 anos.
- 7º A avaliação e melhoria progressiva da medida gratuidade das creches.
- 8º A discussão e aprovação das orientações pedagógicas para a creche, em linha de continuidade educativa com o pré-escolar.
- 9º A recolha e sistematização de dados que permitam melhor conhecer:
 - i. A realidade em que vivem as crianças, desagregando por ano entre os 0 e os 6 anos;
 - ii. A real cobertura de saúde da população, consolidando dados provenientes do SNS, dos privados e das instituições sociais (diretamente ou por inquéritos regulares), na dupla ótica da resposta em situação de doença e da adesão a programas de vigilância.

- iii. A valorização, recenseamento e apoio das experiências inovadoras no terreno, facilitando a sua divulgação, de forma a motivar outros grupos/profissionais a desenvolver projetos locais com potencial de replicação em maior escala.
- 10º A valorização do papel dos municípios e das organizações da sociedade civil na concretização destas ações (dada a sua proximidade às populações), potenciando a urgência e a adequação das ações, ampliando o seu impacto.
- 11º A mediatização do conhecimento disponível sobre o processo de desenvolvimento infantil nos primeiros anos, de modo a sensibilizar e mobilizar todos (incluindo empresas amigas das famílias) para a adoção de comportamentos (responsivos e reparativos) e políticas adequadas a uma maior valorização desta etapa de vida.
- 12º A criação de um ambiente favorável e estimulante à captação e retenção de famílias de acolhimento, de modo a generalizar o acolhimento familiar como a medida de colocação por excelência dos bebés e crianças privadas da sua família de origem, cuidando-se a par da preparação da transição dessas crianças para as famílias definitivas (de origem ou adotantes).

Os parceiros defendem ainda a adoção de uma política global e integrada para os 0-6 anos, como meio de proporcionar um bom início de vida a todas as crianças, na qual uma vinculação segura e um ambiente estimulante, protetor e saudável, são o garante de estarmos a construir juntos uma sociedade mais saudável e sustentável. O retorno social desse investimento será máximo, porque hoje sabemos que começar cedo é o melhor¹⁰.

A concretização de tal investimento, exige a inteligência e capacidade de responder com equidade, ou seja, abraçarmos a inquietude de não repousar, nem nos direitos declarados, nem nas metas globais já traçadas, porque, no centro da nossa ação, está cada criança!

DAR OPORTUNIDADE A *Todas* AS CRIANÇAS NA EUROPA



¹⁰ <https://heckmanequation.org/resource/grafico-de-heckman/> (acedido em 22/10/2023)